



Programa de Combate ao Trabalho Infantil da Justiça do Trabalho

"Lugar de criança é na escola. Diga não ao trabalho infantil."

Boa prática: Concurso Multicultural sobre Trabalho Infantil

1. Identificação da prática. Descrição resumida.

Realização de Concurso Multicultural sobre o tema Trabalho Infantil nas escolas públicas municipais e estaduais, abrangendo todo o ensino (Fundamental I, II e Ensino Médio), bem como EJA e cursos de aprendizagem.

A prática consiste em trabalhar as questões que envolvem o trabalho infantil, de diferentes modos, junto aos estudantes da rede pública, envolvendo Diretores, Coordenadores, Professores e Familiares.

O concurso multicultural contou com categorias de premiação de DESENHO, DANÇA, POESIA, REDAÇÃO E MÚSICA, despertando a criatividade dos estudantes e possibilitando amplas reflexões na rede de ensino.

O concurso tem por objetivos:

1. Destruir os mitos que envolvem o trabalho infantil, apresentando seus malefícios;
2. Estreitar laços com a educação pública, promovendo o desenvolvimento da escuta e do olhar ativo para o problema do trabalho precoce e outras violações;
3. Estreitar laços da educação pública com a rede de proteção e com os atores do Sistema de Garantia de Direitos.

2. Benefícios específicos da prática.

Conscientização a respeito do tema, a partir das escolas públicas, em todas as faixas etárias.

A aproximação com a rede de ensino, uma vez que o primeiro diagnóstico da lesão de direitos das crianças e adolescentes pode ser feita no ambiente escolar.

O Concurso envolveu vários entes que atuam no Sistema de Garantia de Direitos, em oficinas, rodas de conversa e palestras realizadas, o que serviu para aproximar Diretores, Coordenadores, Professores e Estudantes da rede de proteção, inclusive com informações sobre as atribuições dos diferentes órgãos que atuam no município.

3. Detalhamento

O Concurso envolveu vários entes que atuam no Sistema de Garantia de Direitos, em oficinas, rodas de conversa e palestras realizadas, o que serviu para aproximar Diretores, Coordenadores, Professores e Estudantes da rede de proteção, inclusive com informações sobre as atribuições dos diferentes órgãos que atuam no município.

O tema Trabalho Infantil foi trabalhado em diferentes perspectivas, possibilitando a conscientização e, ao mesmo tempo, amplas discussões dentro da rede de ensino pública.

3.1 Tempo em que a prática está em vigor

Prática realizada em 2021 e que será replicada anualmente.

3.2 Principal inovação

Aproximação da rede de proteção do ambiente escolar.

O Concurso Multicultural ampliou o acesso às escolas municipais e estaduais públicas, dos entes que compõem o Sistema de Garantia de Direitos, que, no caso, foram capitaneados pelo JEIA de Franca. Participaram ativamente dos eventos que antecederam a realização dos trabalhos a Promotoria da Infância e Juventude, o Ministério do Trabalho e Emprego, a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano e Ação Social, o CMDCA e outras entidades que atuam cadastradas no CMDCA.

Além disso, houve intensa participação da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da UNESP de Franca/SP, com a atuação de alunos do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Constituição e Cidadania (NEPECC), que, em atividades de extensão, também puderam tratar do tema intra e extra muros da Faculdade. A participação dos alunos levou à criação de Projeto de Estudos e Extensão Universitária sobre Trabalho Infantil, em fase de aprovação, cujo objetivo será apoiar o JEIA na continuidade do concurso nos anos seguintes,

aprofundando o estudo da temática também no âmbito da Universidade, nos cursos de Serviço Social, Direito, História e Relações Internacionais.

3.3 Processo de implementação da prática

A implementação da prática envolveu, primeiramente, o contato com a Diretoria de Ensino local e a Secretária responsável pela Secretaria Municipal de Educação, para apresentação da proposta e obtenção do aval para lançamento do edital do concurso.

A minuta do edital foi apresentada às representantes das Secretarias Estadual e Municipal de Ensino para sugestões e validação. A participação das mesas no processo de elaboração do edital foi fundamental para seu sucesso, já que proporcionou o “pertencimento” das Escolas no projeto de Concurso.

É importante o aval dos responsáveis pela educação pública, já que o acesso às Escolas, Coordenadores e Professores depende do cronograma de cada escola e, no mais, é importante respeitar a hierarquia de tais órgãos públicos.

Com o aval das Diretorias Estadual e Municipal de Ensino, foi aprovado o Edital, que previu a inscrição de alunos de todas as séries escolares do ensino público local, abrangendo inclusive a Educação de Jovens e Adultos (EJA) e as escolas de aprendizagem.

O Edital contou com 08 categorias específicas de concorrência, bem como áreas definidas para apresentação de trabalhos (05 no total). Foram também apresentados temas gerais para cada categoria, adequados à cada faixa etária, a saber:

(...)

3. Podem concorrer alunos matriculados na rede pública de ensino, municipal e estadual, do 1º ano do Ensino Fundamental até o 3º ano do Ensino Médio, inclusive na modalidade Educação para Jovens e Adultos, bem como aprendizes com contrato de trabalho em curso. As categorias serão subdivididas da forma que segue:

1ª Categoria – 1º ano do Ensino Fundamental

2ª Categoria – 2º e 3º ano do Ensino Fundamental

3ª Categoria – 4º e 5º ano do Ensino Fundamental

4ª Categoria – 6º e 7º ano do Ensino Fundamental

5ª Categoria – 8º e 9º ano do Ensino Fundamental

6ª Categoria – 1º, 2º e 3º ano do Ensino Médio

7ª Categoria – Aprendizes devidamente contratados como tais e com contrato de aprendizagem em curso.

8ª Categoria - Educação para Jovens e Adultos (EJA)

4. O concurso envolverá as seguintes áreas: redação (quantidade de linhas a depender da categoria, conforme abaixo), poesia, música, dança e desenho (feito à mão, colorido com lápis de cor ou canetinha hidrográfica, sem colagens). Cada concorrente poderá concorrer em apenas uma categoria e uma área.

- Redação;
- Poesia;
- Música;
- Dança;
- Desenho.

5. Para concorrer ao Concurso ficam estabelecidos os seguintes temas e critérios para as categorias indicadas no item anterior, com as premiações abaixo indicadas:

1ª Categoria a 3ª Categoria:

Tema Geral: Criança não trabalha, criança dá trabalho.

Crítérios de submissão: O material apresentado pelo aluno, na área escolhida, deve ser de própria autoria.

4ª Categoria e 5ª Categoria:

Tema geral: Por que ainda existe trabalho infantil?

6ª Categoria:

Tema geral: E aí, como acabar com o Trabalho Infantil?

7ª Categoria:

Tema geral: A aprendizagem na minha vida e meu projeto de futuro.

8ª Categoria:

Tema geral: Num mundo de gente grande, trabalho é coisa de quem?

A premiação do concurso, para o primeiro colocado em cada área geral foi de um aparelho celular.

Para os demais alunos, até a décima colocação, a premiação consistiu em livros que foram doados pela Editora do SENAC. Foram emitidos certificados virtuais para os participantes. Cada escola poderia enviar até cinco trabalhos de cada categoria, por cada área, para avaliação pelo concurso.

Considerando que o 1º Concurso Multicultural ocorreu em 2021, durante a pandemia SARS-COV-2 (Coronavírus), todo o evento foi realizado em modo virtual.

O edital definiu as regras para envio e de avaliação de cada área (dança, poesia, música, redação e desenho), material que deveria ser enviado em vídeo (dança e música) ou digitalizado (poesia, desenho e redação).

O Edital trouxe link para inscrição das Escolas, que deviam preencher um formulário de inscrição, criado a partir do Google Forms.

Realizada a inscrição, cada escola deveria indicar um professor responsável, cujo celular passou a fazer parte de um grupo de whatsapp pelo qual eram repassadas as informações de oficinas, palestras e rodas de conversa com diversos atores do Sistema de Garantia de Direitos que atua no Município.

Foi criado um Site sobre o Concurso Multicultural e um Instagram para divulgação dos eventos.

Fixada data para envio dos trabalhos produzidos pelos alunos, criou-se um sistema no qual cada escola deveria inscrever os alunos participantes. Recepcionada a inscrição, cada aluno recebeu um número de identificação.

Na sequência, em prazo específico, as escolas deveriam enviar os trabalhos selecionados, identificados apenas com o número de inscrição, que foram encaminhados aos examinadores.

Recepcionados os trabalhos, foram encaminhados à Comissão Avaliadora, sem identificação dos alunos.

Recebida a avaliação final, pela média das notas, os alunos foram classificados e foi divulgada a relação dos ganhadores.

Realizou-se cerimônia virtual para premiação.

Na sequência, a Juíza Coordenadora do JEIA de Franca visitou todas as 42 escolas que encaminharam trabalhos para agradecer pessoalmente a participação das escolas, convidá-las para a segunda edição que ocorrerá em 2022 e entregar os brindes dos ganhadores.

É importante ressaltar que esse estreitamento de contatos entre a Rede de Proteção e as Escolas Públicas Municipais e Estaduais, a partir da ação do JEIA de Franca, pelo poder catalisador da Justiça do Trabalho, já tem gerado frutos de sucesso com a aproximação institucional e com o desenho de projetos para o futuro.

Ao final, constata-se o aperfeiçoamento dos mecanismos de busca ativa de situações de violação de direitos de crianças e adolescentes, com o olhar e a escuta ativa dos professores aguçadas , após o tema ser colocado no “radar” de diretoras/es, coordenadoras/es, professoras/es e estudantes.

3.4 Fatores de sucesso da prática

Ampla disponibilidade das redes públicas, municipal e estadual de ensino do município para a realização da atividade.

Adesão dos entes do Sistema de Garantia de Direitos para o desenvolvimento de atividades de conscientização (oficinas, palestras, seminários e rodas de conversa).

Voluntariado dos alunos do curso de extensão da UNESP – NEPECC – para apoio logístico e estrutural ao Concurso (criação das mídias, recepção dos trabalhos, anonimização e identificação).

Voluntariado dos avaliadores.

Ampla adesão dos órgãos de direção das escolas, professoras/es, coordenadoras/es, estudantes na realização dos trabalhos.

Adesão do MPT para aquisição dos celulares que foram objeto de premiação para os primeiros colocados.

Adesão do SENAC que, por sua editora, doou os livros para premiação dos demais colocados.

4. Recursos envolvidos na prática

Através de parceria com o MPT, considerando-se a relevância da iniciativa, os celulares para premiação dos primeiros colocados (05 no total) foram adquiridos através de verbas disponíveis em Ação Civil Pública, que tramitam pelo JEIA de Franca, decorrentes de indenização por dano moral coletivo. O custo total dos celulares foi de cerca de R\$5.000,00 (cinco mil reais).

Cada aluno que enviou trabalho para a Comissão Avaliadora recebeu, ao final do concurso, uma máscara do Programa de Combate ao Trabalho Infantil, adquirida a partir de valores direcionados pelo Programa Nacional capitaneado pelo TST. Foram entregues às escolas algumas Cartilhas 50 Perguntas e Respostas sobre Trabalho Infantil, bem como foram distribuídos kits de álcool gel adquiridos também com verbas do Programa Nacional do TST.

4.1 Equipamentos de infraestrutura

As atividades (palestras, seminários e rodas de conversa) foram realizados pela internet. Algumas escolas disponibilizaram espaços próprios para acompanhamento das atividades.

As redes sociais (canal do youtube, instagram e grupos de whatsapp) foram criados com auxílio do grupo de pesquisa NEPECC, sem custos.

Todos os que participaram das atividades para seminários, palestras e rodas de conversa, bem como os avaliadores, atuaram de modo voluntário, utilizando equipamentos próprios.



Programa de Combate ao Trabalho Infantil da Justiça do Trabalho

"Lugar de criança é na escola. Diga não ao trabalho infantil."

BOA PRÁTICA

Juizado Especial da Infância e Adolescência de Franca/SP

Tribunal Regional do Trabalho da 15a. Região